



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Pós Graduação em Psicologia do Trabalho

SIGNIFICADOS DO TRABALHO:

**Um olhar sobre a representação de trabalho
dos jovens que participam de um Programa Social
de Aprendizagem**

Fernanda Reis Alves O.Pedro

Belo Horizonte

2009

Fernanda Reis Alves de Oliveira Pedro

SIGNIFICADOS DO TRABALHO:

Um olhar sobre a representação de trabalho dos jovens que participam de um Programa Social de Aprendizagem

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de especialista em Psicologia do Trabalho.

Orientação: Maria Luisa M. Nogueira

Belo Horizonte

2009

Fernanda Reis Alves O. Pedro

**SIGNIFICADOS DO TRABALHO:
Um olhar sobre a representação de trabalho
dos jovens que participam de um Programa Social
de Aprendizagem**

Maria Luisa Magalhães Nogueira – UFMG

Júlia Dorigo – PUC Minas

Ana Amélia Cipreste Faria – UFMG

Belo Horizonte, 25 de Agosto de 2009

Aos aprendizes (eternos e queridos do meu coração) pelo carinho e torcida para que esse trabalho fosse concluído e para quem esse trabalho mereceu todos os esforços.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, a minha orientadora Professora Maria Luisa Magalhães Nogueira por acolher-me com tanto carinho durante as orientações. Agradeço por respeitar o meu tempo, pelas provocações oportunas e pelos debates que contribuíram para a realização desse estudo.

Minha gratidão não somente por ter auxiliado para que essa pesquisa fosse possível, mas também por ser fonte de referência e inspiração nas minhas atividades profissionais.

Filhos do Coração

Meninos e Meninas
Dos becos, cortiços e guetos
Das ruas
Ora têm teto, ora sem teto
Desabitam-se

Propomos...
Então fazem
Não fazem
Estranham
Vacilam
Entre bulas de condutas
E as manobras das ruas, em luta

Querem e não querem
Negam
Recuam arredios
Desengonçados, desafinam
Mesmo avessos, experimentam

Meninos e meninas
Das marquises e das vilas
Das ruas
Do mundo que não os vê

Meninas e meninos
Que imitam anti-heróis
Na tentativa de ser...

Almas esfarrapadas e cândidas
Olhinhos foscos e, inegavelmente ternos
Meninos e Meninas
Meus já são
Filhos do coração

Fernanda Reis

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” Paulo Freire

RESUMO

Este estudo realizou um estudo exploratório e qualitativo na Fundação CDL Pró-Criança, instituição assistencial que conduz um Programa de Aprendizagem Profissional voltado para jovens com idade entre e 15 e 21 anos. Seu objetivo foi pautado em compreender a representação do trabalho para esses jovens inseridos no Programa. Norteados por essa questão central, buscou-se perceber o que é trabalho, sua utilidade na vivência cotidiana e mudanças sentidas, ou não, a partir da inserção desses atores no mundo do trabalho formal. Para atingirmos tal propósito buscamos compreender o conceito de juventude no mundo contemporâneo com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social, já que esse é o perfil da nossa população estudada. Em seguida, buscamos analisar o conceito de Juventude e Trabalho a fim de refletirmos sobre o papel da educação para o trabalho e seu caráter inclusivo ou não. Os resultados apontaram que, para os jovens trabalhadores, essa experiência é sentida como oportunidade importante de acesso aos bens materiais e sentem-se orgulhosos por fazer parte da sociedade de consumo, ainda que na obtenção de bens mais simples. Conseguem enxergar ainda, a sua participação no Programa como abertura à novas possibilidades. Para eles, trata-se de um “degrau” para se atingir uma profissão mais complexa. E por fim, relatam sobre o reconhecimento social que passam a ter na família e na comunidade que por sua vez super valorizam o emprego formal e lícito. Desse modo, percebemos a dicotomia encontrada nesse encontro entre jovem e mundo do trabalho. Podemos falar de uma de (formação) propiciada por tais Programas uma vez que inegavelmente, traz bons resultados e por outro lado, torna-se um mecanismo sutil de controle social atendendo aos imperativos do capital.

Palavras-Chave: Juventude. Trabalho. Vulnerabilidade Social. Programas de Aprendizagem

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
.....	9
2.	
METODOLOGIA	
....	13
2.1. Objetivos	
.....	13
2.1.1 Objetivo	
<i>Geral</i>	13
2.1.2 <u>Objetivos Específicos</u>	
.....	13
2.1.3. O Programa de Aprendizagem	
estudado.....	14
2.1.4. A	
Pesquisa.....	15
3. ADOLESCÊNCIA E	
JUVENTUDE	16
3.1. O Perfil do Adolescente	
<i>Aprendiz</i>	20
4. A FUNÇÃO PSICOLÓGICA DO	
TRABALHO	21

4.1. Juventude e Trabalho.....	24
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	29
5.1. A Concepção de Trabalho.....	31
5.1.1. A Utilidade do Trabalho.....	33
5.1.2. <u>Mudanças Provocadas após Inserção no Programa.....</u>	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7. BIBLIOGRAFIA.....	38

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Aprendizagem 10.097, promulgada em 19/12/2000 pelo governo Federal veio alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), determinando que estabelecimentos de qualquer natureza tenham em seu quadro adolescentes aprendizes. De acordo com tal legislação, tomando como base seu quadro de

funcionários, cada estabelecimento deve ter entre 5% a 15% de jovens entre 14 e 24 anos incompletos que necessitam de uma formação profissional.

A principal alteração proposta por esta lei, possibilita que a contratação e a formação dos adolescentes seja feita não só pelo “Sistema S” (Serviços Nacionais de Aprendizagem), mas também por Escolas Técnicas de Educação e por Organizações sem fins lucrativos.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que 2007 foram contratados 1.427 aprendizagens somente no estado de Minas Gerais.¹

Lembrando que, embora seja grande o numero de adolescentes contratados, o numero atual está longe do potencial estimado que é de 1 milhão e 200 mil vagas, caso as empresas cumprisse o mínimo estabelecido pela lei que é de 5% segundo dados do OIT (Organização Internacional do Trabalho). Trata-se, então, de um programa que pretende alastrar-se elevando o numero de jovens que chegam ao mercado de trabalho por essa nova via.²

Não pretendemos focar nos dados quantitativos que assinalam o aumento efetivo de jovens inseridos no mundo trabalho, mas sim, buscaremos perceber a vivência dessa população em termos qualitativos. Dessa maneira, esse estudo intenta verificar qual a representação que os adolescentes aprendizes inseridos em um Programa de Aprendizagem têm sobre o trabalho.

Pretende-se obter uma maior compreensão dessa representação e como ela poderá contribuir na elaboração de Políticas Publicas voltadas para a formação profissional como alternativa de inclusão social. Poderemos então, refletir sobre as possibilidades de contribuição de tais políticas voltadas para a juventude.

¹ Fonte do Ministério do Trabalho e Emprego. Página disponível em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/deftohtm.exe?sisaprendizagem10.def>

² Um estudo realizado pela pesquisadora Anita Kon, do Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Mercado e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela coordenadora da ONG Atletas pela Cidadania e advogada Daniela Castro aponta que Minas Gerais é um dos estados com maior potencialidade contratação (129.596 vagas).

O interesse por esse trabalho partiu da minha atuação profissional enquanto Educadora Social e Profissional em programas de aprendizagem em Belo Horizonte.

Há quatro anos venho atuando junto a jovens em situação de risco social e com idade entre 15 e 21 anos que participam do Programa Adolescente Aprendiz intermediado por instituições assistenciais, sem fins lucrativos.

Nesse processo, acompanhando alguns desses adolescentes desde sua chegada até sua saída do Programa, acentuaram minhas reflexões sobre a questão do trabalho humano, sobretudo dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social que chegam ao mercado de trabalho. Esses jovens se deparam, pela primeira vez, com o mundo do trabalho. Torna-se então, necessário compreender melhor o que acontece no interior de tais programas bem como compreender o ponto de vista dos sujeitos atendidos.

E como nos mostra Dejours (1994) “O trabalhador não chega ao seu local de trabalho como uma máquina nova. Ele possui uma historia pessoal que se concretiza por uma certa qualidade de suas aspirações, motivações e necessidades psicológicas que se integram a sua historia passada”. (DEJOURS, 1994 p.24)

Portanto, venho a partir dessa experiência profissional, me perguntando sobre esse encontro entre esse jovem e o mundo do trabalho formal tal como lhe é apresentado no cenário contemporâneo em que as exigências de qualificação são cada vez maiores. Observei, ainda, em minha experiência, que a essa tal como proposto no discurso que pauta os programas em questão, uma vez que os lugares (e as respectivas atividades que irão exercer) para onde os jovens são encaminhados, pelos programas de aprendizagem são impostos, isto é, não são escolhidos por eles.

Então nos interessa questionar: Como se estabelece esse cenário de encontro entre um jovem em situação de risco social e o contexto contemporâneo do mundo do trabalho?

Essa questão se justifica justamente porque reconhecemos a importância do trabalho conforme nos aponta Jacobina (2007) por outro lado “sem duvida o

trabalho pode ser visto como um dos elementos de uma rede social, que se constrói ao redor do adolescente e que tem importante participação na integração do jovem no processo socializador”. (JACOBINA, 2007 p.97).

A exemplo de Jacobina, podemos perguntar: Os Programas de Aprendizado são uma alternativa eficaz de inclusão social? Entretanto, tal questionamento exige um esforço teórico e metodológico que extrapola os limites de nosso estudo. Por isso nossa contribuição à discussão é limitada, mas fundamental. É, sobretudo, um esforço de aproximação da percepção dos jovens envolvidos na proposta, pois torna essencial investigar o ponto de vista dos atores envolvidos nesse processo.

Deste modo, encaminhamos nossa reflexão para os aspectos mais cotidianos e simbólicos envolvidos na inserção no mercado, isto é, o que é o trabalho para eles, qual sua “utilidade” e que experiências são tecidas a partir da entrada efetiva nos locais de aprendizagem; há mudanças sentidas por eles?

Conforme aponta Oliveira et al(2003) conhecer o ponto de vista dos sujeitos estudados torna-se fundamental: E reafirma em nota conclusiva do artigo:

“As representações sociais são indispensáveis para a compreensão da dinâmica social, bem como informativas e explicativas da natureza das ligações sociais, intra e intergrupos, e das relações dos indivíduos com seu ambiente social, tornando-se assim um elemento essencial para a compreensão dos determinantes do comportamento e das praticas sociais.” (OLIVEIRA et al, 2003 p.14)

A leitura de Oliveira (2003) é interesse justamente porque aponta a pertinência das leituras sobre as ligações sociais, intra e intergrupos, ainda que ela vá trabalhar com a teoria das representações sociais e este não seja nosso recorte. Neste trabalho, trabalhamos com a idéia de representação, como leitura peculiar que um indivíduo, marcado pelo contexto social, faz da realidade, isto é, sua impressão de determinada questão social, no contexto particular. Entendemos, deste modo, que as representações que os indivíduos tecem sobre a realidade aponta-nos elementos de sutura entre o indivíduo e a sociedade, fornecendo elementos tanto sobre o contexto macrosocial quanto micropolítico.

A partir destes pressupostos, interessa-nos pesquisar: qual a representação de trabalho tem o adolescente aprendiz? Desta maneira, esperamos viabilizar uma maior discussão e compreensão do sentido dessa experiência para os jovens.

Para tal intento, esse estudo se organiza da seguinte forma: Passaremos a uma breve apresentação das estratégias metodológicas utilizadas, nas quais apresentamos nossas dificuldades e desafios perante a temática. Em seguida, procuraremos apresentar nosso esforço de compreensão do que é adolescência, como construção social, no processo sociohistórico. Nesse sentido, passamos a uma reflexão sobre a relação juventude e trabalho. Optamos, portanto, por desenvolver uma pesquisa formando o conceito de juventude como referencial central na escuta dessa população, justamente porque percebemos limites no conceito de adolescência, limites estes que serão oportunamente discutidos nesse estudo.

A discussão sobre a função psicológica do trabalho mereceu um campo específico no qual manteremos o foco no trabalho vivido na juventude. Por fim, apresentamos os dados analisados e encerramos com as considerações finais.

2- Metodologia

A partir da questão-problema inicial, buscamos fazer um levantamento bibliográfico a fim de recolher e analisar as contribuições de outros teóricos sobre os principais temas que circundam nossa problemática.

É interessante observar que, embora haja a proliferação dos Programas de Aprendizagem, a literatura sobre o assunto ainda é escassa. O material encontrado ainda é considerado pouco consistente chamado por autores como Frigotto (1989) de uma “crise de aprofundamento teórico”:

“O exame de como se vem tratando, na prática, a questão da relação trabalho e educação, especialmente ao nível do sistema educacional e de instituições de formação profissional, bem como no interior da educação sindical e dos movimentos sociais, nos assinala, pois, uma crise de aprofundamento teórico.” (FRIGOTTO, 1989 p.13)

Este autor observa como os Programas de Educação para o trabalho, em geral, têm se dado de maneira aleatória sem que essa prática seja refletida pelos seus participantes e idealizadores: “(...) Tem se dado ênfase à educação para o trabalho, para a produção, para o mercado de trabalho, sem uma crítica radical à forma que assumem as relações de trabalho.” (FRIGOTO, 1989 p.17).

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

Compreender a representação do trabalho para os jovens inseridos em um Programa de Aprendizagem profissional. Verificar se os atores compreendem essa experiência como satisfatória e educativa.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar como o jovem percebe o que é trabalho, sua utilidade na vivência cotidiana e as mudanças sentidas a partir na sua inserção no mundo do trabalho formal;

- Compreender o que é juventude no mundo contemporâneo e como essa etapa da vida é vivenciada por jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Refletir sobre os programas de aprendizagem em termos de seu caráter educativo.

Partimos em seguida, para a uma pesquisa qualitativa realizada na Fundação CDL Pro - Criança, instituição assistencial em Belo Horizonte que coordena o PET- Programa Educação e Trabalho. Foram ouvidos 30 jovens com idade entre 18 e 21 anos que cumprem aprendizagem na área de Comércio e Serviços e Auxiliar Administrativo em várias empresas privadas desse município.

2.1.3 - O Programa de Aprendizagem Estudado

A Fundação CDL Pró-Criança foi criada em 1986 pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte. Trata-se de uma instituição assistencial, sem fins lucrativos com título de entidade de utilidade pública nas esferas federal, estadual e municipal. Além de possui certificado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) registros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria do Desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE) e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

A Fundação CDL apresenta como objetivo o de promover o desenvolvimento integral da criança e do adolescente através de ações permanentes que assegurem o acesso aos seus direitos fundamentais.

Dentre os projetos criados pela Fundação CDL encontra-se o PET (Programa Educação e Trabalho) que intermídia a relação formal e legal entre o jovem responsável e sua primeira experiência profissional, sendo suas atividades regulamentadas pela lei da Aprendizagem (10.097/2000) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O programa de aprendizagem desenvolvido pela Fundação CDL é precedido pela realização de um curso de Iniciação Profissional, com carga horária de 60 horas, para adolescentes residentes em comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em seguida, os jovens que obtêm um desempenho satisfatório são inseridos nas empresas. Já como aprendizes, recebem uma formação técnico-profissional, desenvolvida tanto na Fundação CDL, quanto na empresa que o admite.

O adolescente permanece no Programa por um período de 12 meses.

2.1.4 - A Pesquisa

A amostra foi selecionada aleatoriamente de acordo com o interesse livre e espontâneo dos atores para responder a pesquisa.

De acordo com a indisponibilidade de tempo, optamos por oferecer a ferramenta aos jovens legalmente maiores (18 a 21 anos) que já se encontravam encerrando seu contrato de aprendizagem, por entender que esses indivíduos tinham maiores vivências dentro do Programa.

Foi aplicado um questionário estruturado contendo três perguntas onde se procurou verificar qual a representação que os atores investigados têm com relação ao trabalho a partir de sua experiência no PET (Programa Educação e Trabalho) da Fundação CDL Pro-Criança.

O questionário continha as seguintes perguntas:

- O que é Trabalho?
- Qual a utilidade que o trabalho tem na sua vida?
- Desde que ingressou no PET – Programa Educação e Trabalho, mudou alguma coisa na sua vida e na vida de sua família?

O questionário e a entrevista segundo Minayo (1996) são procedimentos mais usuais no trabalho de campo, pois permitem apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa.

Além de que, os questionários são frequentemente menos dispendiosos para aplicar. Isto porque nos possibilita a aplicação a grande numero de pesquisados ao mesmo tempo. Possui, dessa maneira, possibilidade de abarcar uma amostra maior do que entrevistando cada pessoa individualmente. Outra vantagem do questionário é que possibilita ao respondente possa pensar e responder com maior segurança.

No entanto, reconhecemos as limitações dessa modalidade de ferramenta de pesquisa e observamos que a entrevista face a face seria a mais adequada para nossos objetivos. De acordo com Seltiz et al (1987) várias são as vantagens da entrevista em relação ao questionário tais como: inabilidade de vários grupos em se expressar através da escrita, impossibilidade de explicitação aos pesquisados sobre a interpretação das perguntas, etc. Para Seltiz et al (1987) “A entrevista é mais apropriada que o questionário porque por revelar informações que são tanto complexas como emocionalmente carregadas por favorecer o aparecimento de sentimentos subjacentes a uma opinião expressa.” (SELTIZ et al, 1987 p.21)

E a partir da leitura e análise das respostas, verificam-se dados bastante ricos que poderiam incrementar nosso estudo. No entanto, lamentamos nossa indisponibilidade de tempo que não permitiu efetivarmos nossos propósitos. Tal inquietação nos estimula a continuarmos essa pesquisa no intuito de aprofundarmos nos dados obtidos bem como explicitar as informações encontradas, tendo em vista a relevância observada nesses questionamentos.

3- Adolescência X Juventude

Para iniciar essa pesquisa, convém fazer um paralelo entre os conceitos de Adolescência e Juventude. Para atingirmos tal objetivo é importante delinear a construção teórica desses conceitos ao longo da história.

O conceito de adolescência vem marcado por um naturalismo e universalismo que o reduz a uma fase de maturação sexual marcada pelo aparecimento de hormônios. Além disso, a concepção de adolescência está ligada ao estereotipo de crise, como uma fase marcada por tormentos e conturbações devido aos primeiros assomos da puberdade.

Ozella (2002) nos conta que a institucionalização da adolescência surgiu a partir de um estudo do psicólogo Stanley Hall em que essa fase era concebida como período de “agitação hormonal”. Assim, a psicologia reforçou esse conceito “por algumas abordagens psicanalíticas que a caracterizaram como uma etapa de confusões, estresses e luto também causados pelos impulsos sexuais que emergem nessa fase de desenvolvimento” (OZELLA, 2002, p.21)

A adolescência como objeto de discurso científico, sobretudo da psicologia do desenvolvimento, transformou o que seria uma fase de descobertas e possibilidades em “doença” e incapacidade de lidar com o mundo.

Erik Erikson (1972) em sua teoria psicossocial do desenvolvimento foi um dos principais teóricos que abordou essa fase como marcadamente de crises e conflitos. Esse autor defendia que a energia ativadora do comportamento é de natureza psicossocial, integrando fatores biológicos e inatos, mas também fatores sociais, aprendidos em contextos histórico-culturais específicos. Segundo ele, o desenvolvimento psicossocial é sinônimo de desenvolvimento da personalidade e decorre ao longo de oito estágios que, no seu conjunto, constituem o que ele chamou de ciclo da vida. Cada estágio corresponde à formação de um aspecto particular da personalidade.

Para Erikson (1972) os indivíduos passam por crises e conflitos ao longo de todos os períodos sendo que, cada conflito tem de ser resolvido positiva ou negativamente pelo indivíduo. A resolução positiva lhe confere equilíbrio mental e capacidade de um bom relacionamento social. Se a resolução da crise for negativa, o indivíduo se sentirá socialmente desajustado e tenderá a desenvolver sentimentos de ansiedade e de fracasso.

Se bem que a teoria eriksoniana da personalidade englobe todas as idades da vida, o estágio a que dedica particular atenção é a chamada Moratória, vivida na adolescência:

“Entre as indispensáveis coordenadas da identidade está o ciclo vital, pois partimos do princípio de que só com a adolescência os indivíduos desenvolvem os requisitos preliminares do crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para atravessar a crise de identidade. De fato, podemos falar da crise de identidade como aspecto psicossocial do processo adolescente.” (ERIKSON, 1972 p.90)

O conceito de crise é aqui peculiarmente desenvolvido, sublinhando as incertezas e indagações do adolescente no sentido de descobrir quem é e de definir o que virá a ser no futuro:

“Entre as indispensáveis coordenadas da identidade está o ciclo vital, pois partimos do princípio de que só com a adolescência o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para experimentar e atravessar a crise de identidade. De fato, podemos falar de crise de identidade como o aspecto psicossocial do processo adolescente. Nem essa fase poderia terminar sem que a identidade tivesse encontrado uma forma que determinará, decisivamente, a vida ulterior.” (ERIKSON, 1972 p.90)

Desse modo, para Erikson (1972) a adolescência é fundadora da identidade de um indivíduo. O autor afirma ainda que a resposta à inquietação do adolescente só é conseguida pela tomada de consciência de si, do seu ego e de que está apto a assumir a sua verdadeira identidade:

“Em termos psicológicos, a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pela qual o indivíduo se julga a si próprio a luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importante para ele.” (ERIKSON, 1972 p.21)

Assim, de acordo com essa perspectiva, apesar de ter de ser feita interiormente pelo próprio indivíduo, a construção da identidade necessita da contribuição das pessoas significativas com quem o adolescente convive. Estas funcionam como um referencial, isto é, como modelo de identificação. Por outro lado, funcionam como um espelho que lhe devolve a imagem que a sociedade tem a seu respeito.

Em termos da constatação da personalidade, Erikson considera a adolescência como a fase mais crítica do ciclo vital.

Desta maneira, a adolescência vem sendo vista como um problema ganhando visibilidade quando associada ao crescimento alarmante dos índices de violência, ao consumo de drogas e a expansão da gravidez precoce.

Nós, entretanto, optamos por verificar o conceito tema desse capítulo numa perspectiva reflexiva e sociológica para apoiar nosso estudo, pois esse período da vida deve ser visto numa concepção biopsicossocial conforme indica outros autores que buscam conceber o tema de forma mais abrangente.

Segundo esses autores, para melhor compreendê-lo é necessário transcender seu aspecto psicoestrutural e orgânico:

As concepções presentes nas vertentes teóricas da psicologia, apesar de considerarem a adolescência como um fenômeno biopsicossocial, ora enfatizam os aspectos biológicos, ora os aspectos ambientais, não conseguindo superar visões fragmentadas. Desta forma, os fatores sociais são encarados de forma abstrata e genérica, e a influência do meio torna-se difusa e descaracterizada contextualmente agindo apenas como um pano de fundo no processo...” (OZELLA, 2002 p.22)

E não se pode negar que a adolescência deve ser compreendida na sua totalidade social, pois as condições sociais constroem uma determinada experiência de adolescente. Refere-se, portanto, a uma fase de latência social constituída dentro de um contexto específico de um povo. Conforme nos aponta Fefferman “as condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares aos comportamentos individuais e aos processos sociais nos quais estão envolvidos.”(FEFFERMAN, 2006 p.178)

Assim, podemos concluir que a representação sobre adolescência e as suas características em si, refletem uma sociedade:

“De um lado há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa. etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse ciclo de vida tempo/ciclo da vida. De maneira geral, podemos dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social... Mas, ao mesmo tempo a construção social da juventude pode se dar de forma muito variada nas diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos. Assim, podemos dizer que cada sociedade e cada grupo social lida e representa de maneira diversa esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero, nas regiões geográficas, dentre outros.” (FEFFERMAN, 2006 p.178)

Então partiremos da idéia em que a juventude é um termo que deve ser concebido de um modo mais amplo, uma vez que não existe um conceito consensual sobre tal expressão. Compreenderemos a juventude, ao mesmo tempo como uma condição social e um tipo de representação.

É importante ressaltar também que vários autores como Frigotto(2004) optam pelo termo moderno *Juventudes* para designar as diferenças sociais que determinam a maneira de se viver esse período da vida: “Os sujeitos jovens(ou as juventudes) teimam ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião, etc.” (FRIGOTTO, 2004 p.181)

Para o autor, embora haja uma tentativa de unificar o conceito, vários estudiosos já demonstram que se devem levar em conta esses aspectos singulares ao estudar o tema: “Nos campos da antropologia, da sociologia e da psicologia, há uma

ampla gama de pesquisas que podem subsidiar a compreensão das várias juventudes em seu recorte de classes, etnias, raça, gênero, etc.” (FRIGOTTO, 2004 p.181)

No presente estudo, comungamos com a idéia de juventude, focaremos os jovens filhos de trabalhadores assalariados com renda per capita de meio salário mínimo moradores regiões com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano no contexto urbano da capital de Minas Gerais – público atendido, enfim, por um Programa de Aprendizagem.

3.1-O Perfil do Jovem Aprendiz

Para inserção no Programa de Aprendizagem, o adolescente deve ter participado do curso de Iniciação Profissional, com duração de 60 horas e ter apresentado um desempenho satisfatório no mesmo, ter entre 15 anos e 18 anos, estar cursando ou ter concluído o Ensino Médio Regular em escola pública e ser egresso de família em situação de vulnerabilidade social com renda per capita não superior a ½ salário mínimo.

Uma vez que essa instituição possui em seu quadro de aprendizes, jovens em situação de vulnerabilidade social, importa-nos conceituar o que se entende por população vulnerável para traçarmos o perfil do jovem atendido pelo Programa de Aprendizagem Educação&Trabalho da Fundação CDL Pró-Criança.

Conforme nos aponta Abramovay (2002), trata-se um segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista de cidadania. O autor cita Vignoli (2001) e Figueira (2002) para ressaltar que é preciso ampliar esse conceito de forma integral e completa, uma vez que o fenômeno não se trata apenas de ausência de recursos materiais:

“A vulnerabilidade social é tratada como resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais e simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso de estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Este resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade sociais dos atores sociais” (Vignoli e Figueira apud ABRAMOVAY, 2002 capítulo de introdução)

Para o autor, o conceito de população vulnerável transcende à apenas a ausência de recursos materiais estendendo-se a ausência de participação social, econômica

e cultural em uma sociedade produtiva. Desta maneira, esses indivíduos encontram sem acesso aos meios que os oportunizam ao pertencimento e ao seu desenvolvimento integral.

Segundo destaca a OIT (Organização Internacional do Trabalho) no Brasil 3,5 milhões de jovens com idade entre 16 e 24 anos estão desempregados o que representa 45% da força de trabalho nacional. Enquanto cresce a globalização e inovações tecnológicas, alguns jovens e suas famílias continuam sem oportunidade de trabalho ou em atividade laborais informais e precárias. Desta maneira, o crescimento mundial acaba por legitimar sua vulnerabilidade inerente.

A publicação da OIT ressalta que se devem observar políticas e estratégias de curto, médio e longo prazo na abordagem da relação entre emprego e juventude, levando em conta a diversidade da juventude no continente.

Alem da falta de acesso ao trabalho, vários jovens se encontram em condições familiares desestruturantes o que assinalamos como outro ponto que marca uma situação de vulnerabilidade social.

Conforme nos aponta Feffermann (2006) “Os jovens pertencentes às classes subalternas vivem uma socialização incompleta, têm poucas oportunidades de integração no mercado de trabalho (...) são alvos fáceis para as drogas e o álcool” (FEFFERMANN, 2006 p.14).

Jovens dentro desse contexto de risco social estão mais vulneráveis à espetacularização do crime uma vez que vivem numa realidade em que a violência e o estigma a eles vinculados permeiam quase todas as suas relações, inclusive a vivência da alteridade, isto é, a relação com esse outro que o estigmatiza.

É nesse quadro que os jovens aprendizes se inserem. Contudo, não podemos deixar de questionar a forma como se dá tal inserção, ou seja, em termos ideológicos. São de fato medidas que vão contra a vulnerabilidade social ou é uma forma sofisticada de mantê-la?

4- A Função Psicológica do Trabalho

Trabalho é toda atividade desenvolvida pelo homem sobre uma matéria-prima, geralmente com a ajuda de instrumentos, com a finalidade de produz bens e

serviços. Também outros seres dirigem suas forças com uma finalidade. No entanto, o trabalho propriamente dito, entendido como um processo entre a natureza e o homem, é exclusivamente humano. Como afirma Marx: Ao final do processo do trabalho humano surge um resultado que antes do início do processo já existia na mente do homem.

“O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Ele se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Pois, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade. Não estamos lidando agora com aquelas formas primitivas de trabalho que nos recordam apenas o mero animal. Um intervalo de tempo imensurável separa o estado de coisas em que o homem leva a força de seu trabalho humano ainda se encontrava em sua etapa instintiva inicial. Pressupomos o trabalho em uma forma que caracteriza como exclusivamente humano.” (MARX, 1993 p.197)

Para Marx, o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza. Através dos instintos e das forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento que eles devem ter para sobreviver. O homem, entretanto, graças ao seu trabalho, conseguiu dominar em parte, as forças da natureza, colocando-as a seu serviço.

O trabalho realizado pelo homem visa alterar o estado natural dos materiais na natureza e melhorar sua utilidade. O trabalhador pensa, idealiza e produz. Deste modo, se reconhece como parte do gênero humano, é reconhecido pelo outro e experimenta a possibilidade de realização por meio de sua obra.

Em seu artigo sobre Trabalho e Criminalidade, Barros et al (2006) comenta Marx acrescentando:

“Dito de outra forma referimo-nos aqui ao trabalho entendido em seu sentido genérico, como expressão de uma relação do ser com a natureza, em sua dupla dimensão de alterar a natureza e ao mesmo tempo autotransformar este ser que trabalha, por meio da relação com a cultura, da identificação com o grupo, da auto-realização e do sentimento de auto-estima.” (BARROS et al, 2006 p.323)

A partir dessa concepção podemos identificar as relações de trabalho como sendo fator fundamental na constituição das relações sociais. Fonseca (2003) cita Antunes para apontar como as relações de produção é um ato social:

“A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução de sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção

material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (Fonseca cita Antunes, 2003 p.19)

O mesmo autor nos traz ao citar Saviani que podemos concluir que o trabalho, na sua essência, é preponderante na constituição dos sujeitos e na sua adaptabilidade ao mundo sendo essencial à existência humana:

“(…) diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isso, podemos dizer que trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho.” (Fonseca cita Saviani, 2003 p.29)

No entanto, existe uma grande discussão a respeito do desvio da função psicológica e vital do trabalho para o ser humano. A mais significativa é a redução do trabalho ao estatuto de mero emprego.

Marx(1993) já verificava que na contemporaneidade, o trabalho assumiu características diferentes das anteriormente pensadas: os homens que produzem os bens materiais, alguns indispensáveis a sua própria existência, porém, não se realizam como seres humanos em suas atividades:

“(…)Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho.” (MARX, 1974 p.148)

Outros teóricos questionam a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea quando colocam que o modo de produção capitalista faz com o trabalho perca sua finalidade de origem e passa ser uma atividade laboral mecânica, sem sentido para o trabalhador. No entanto, outros estudiosos refutam tais teses e afirmam que houve deformação dos textos de Marx conforme assinala Lima (2003)citando Calvet: “Ele (Marx) não propõe depois para esses homens (...) uma sociedade na qual o trabalho não seria mais necessário, ele propõe, isto sim (...) uma sociedade na qual os homens estariam libertos do trabalho alienado.” (LIMA cita Calvet, 2003 p.162)

Existem, ainda, estudiosos como Frigotto (1989), que reafirmam que, embora haja historicamente, uma tentativa de coisificação do trabalho, ele não perde seu estatuto de essência humana:

“(…) essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa, dentro do mercado (de trabalho). Dessa forma, perde-se a compreensão, de um lado, de que o trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e de violência; e de outro lado, de que o trabalhado é a relação social fundamental que define o modo humano de existência, e que, enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder à reprodução físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer, etc. (mundo de liberdade).” (FRIGOTTO, 1989 p.14)

A importância do trabalho vai muito além das necessidades do capital, pois envolve também as necessidades humanas individuais. Através do seu trabalho, o homem não apenas produz bens individuais e coletivos, os quais promovem o desenvolvimento pessoal, familiar e de uma nação, mas também passa a desempenhar influência plena sobre o indivíduo e sua relação com o meio em que vive.

Conceito esse reafirmado e incrementado por Clot (2006) que contribuiu para tal proposição afirmando, com sensatez, que não pretende propor “uma religião do trabalho”, mas trazer sua inegável no desenvolvimento pessoal e na saúde dos indivíduos. Segundo ele, pelo trabalho, o indivíduo se vê como ser integrante que participa na construção do mundo a que pertence oferecendo-lhe um engajamento num sentido mais amplo e global: “a função psicológica do trabalho residiria ao mesmo tempo no patrimônio que ele fixa e na atividade (conjunta e dividida) exigida pela conservação e pela renovação desse patrimônio” (CLOT, 2006 p.80)

Desta maneira, o trabalho é reconhecido como alternativa de inserção na comunidade e de autotransformação enquanto individualidade e transformação em conjunto com outros indivíduos:

“Sua função psicológica é uma função vital: simultaneamente atividade de conservação e de transmissão e atividade de invenção e de renovação. Cada um se vê por meio de suas próprias atividades no interior da divisão do trabalho, simultaneamente como sujeito e objeto dessa conservação e invenção.” (CLOT, 2006 p.80)

4.1- Juventude e Trabalho

Para uma reflexão aprofundada sobre a relação trabalho e juventude, tema de nosso estudo, pensamos ser importante apresentar uma contextualização histórica sobre como o Brasil, inclusive em termos Políticas Públicas, vem administrando esse viés.

O trabalho realizado por crianças e adolescentes, no Brasil, tem origem na época da colonização portuguesa, quando o trabalho dos filhos de escravos era visto com naturalidade. Ainda pequenas, as crianças desempenhavam tarefas domésticas leves, mas, a partir dos 14 anos, passavam a trabalhar como adultos. No seu levantamento histórico sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil, Ribeiro (2009) nos relata:

“Com a Lei do Ventre Livre, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871^[01], foram declarados de condição livre os filhos de mulheres escravas que nascessem no Império a partir daquela data. No entanto, eles deveriam ficar em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães, que teriam obrigação de criá-los e tratá-los até completarem oito anos, quando, então, os senhores poderiam ou receber do Estado um ressarcimento pelas despesas havidas, de 600\$000 (seiscentos mil réis), ou utilizarem seus serviços até a idade de 21 anos. Na primeira hipótese, as crianças eram entregues a associações autorizadas, às quais prestariam serviços gratuitos até completarem 21 anos de idade. De fato, portanto, a escravidão ainda perdurava durante os primeiros 21 anos de vida de qualquer pessoa nascida de mãe escrava” (RIBEIRO, 2009)

Prosseguindo mais a frente, a autora conta que o trabalho precoce prosseguia ao longo da história e se intensifica com na era industrial:

“Pouco tempo depois, ainda no final do século XIX, quando já proclamada a República, o Brasil iniciou o seu processo de industrialização. Numa primeira fase, de cunho ideológico liberal, crianças e adolescentes, que representavam mão-de-obra barata e facilmente manipulável, eram inseridos em atividades industriais, como meio de afastá-las das ruas, dos problemas com o vício, com a delinqüência, enfim, da ociosidade que levava, entendia-se, ao mundo do crime. Depois da Primeira Guerra Mundial, vieram para o Brasil os imigrantes europeus em busca de melhores condições de vida. Seus filhos, da mesma forma, iniciavam no trabalho fabril muito cedo. Eram pessoas pobres que não podiam dispensar a ajuda de seus filhos para o sustento da família.” RIBEIRO (2009)

Fonseca (2003) é outro autor que refaz o percurso histórico do trabalho infanto-juvenil, contando que os jovens passaram do trabalho doméstico de ajuda familiar ao trabalho fabril controlado e explorado por donos de fábricas:

“Podemos perceber algumas modificações fundamentais: até o sistema doméstico, o trabalho dos jovens e das crianças era complementar ao trabalho de seus pais; a partir da demanda industrial, o trabalho infanto-juvenil passa a se constituir como tema a base do novo sistema. Antes, o trabalho era realizado em casa, sob direção dos pais, os quais definiam horários e condições; na fábrica, é o supervisor que dirige a produção e as condições de trabalho são as que os donos da fábrica impõem. Obviamente, estavam criadas condições extremamente favoráveis à exploração da mão-de-obra infanto-juvenil” (FONSECA, 2003 p.24)

Segundo Ribeiro (2009) essa atividade era largamente aceita socialmente e, embora tenha se alterado o sentido do trabalho nessas novas condições, era divulgado o trabalho socializador e como alternativa para retirar crianças e jovens do ócio e da marginalidade:

“O número de trabalhadores jovens nas indústrias aumentava de forma alarmante, e era tolerado pela sociedade. Via-se, vez e outra, denúncias veiculadas pela imprensa contra a

exploração do trabalho infantil. Contudo, pensava-se o trabalho como enobrecedor e formador de valores, idéia que sustentou, por longo tempo, a continuidade do trabalho naquelas condições. Tratava-se de trabalho penoso, em jornadas extremamente longas, sem um mínimo de proteção à saúde e à segurança dos pequenos trabalhadores.” (RIBEIRO, 2009)

A proteção do trabalho de crianças e adolescentes foi construída paulatinamente conforme o quadro abaixo apresentado por Ribeiro (2009):

ANO	NORMA
1891	O Decreto 1.313 proibia o trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina, bem como o trabalho noturno em certos serviços.
1917	Proibição do trabalho em fábricas para menores de 14 anos.
1931	O Decreto 17.943-A estabeleceu o Código de Menores, que proibia o trabalho de menores de 12 anos. ^[05]
1934	A Constituição proibiu o trabalho para menores de 14 anos, sendo permitido somente por decisão judicial.
1937	A Constituição tratou o trabalho infantil, destacando a condição de aprendiz para as crianças, ressaltando, assim, a assistência à infância e o ensino público.
1942	O Decreto-lei 1.048 cria o SENAI, voltado para as escolas de aprendizagem, para formação industrial.
1946	A Constituição desse ano copiou a de 1937, no que se refere ao trabalho infantil, ensino público e assistência à família.
1967	A Constituição tratou do ensino público obrigatório até 11 anos, mas diminuiu a idade do trabalho infantil de 14 para 12 anos.
1988	A Constituição voltou a aumentar a idade do trabalhador infantil para 14 anos e estabeleceu um novo paradigma na área da infância, o art. 227.
1998	Emenda Constitucional 20 alterou a idade do trabalho infantil de 14 para 16 anos.

Quadro 1-Fonte: **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2195, 5 jul. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13093>>

O sistema produtivo brasileiro, sobretudo o do trabalho adolescente vem sendo, em grande parte, influenciado por fatores internacionais através das políticas públicas de proteção da criança e do adolescente:

“Impende salientar que de fundamental importância foram as convenções editadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a partir de 1919, ano de sua criação, das quais o Brasil ratificou as de números 6, 16, 124, 138 e 182, conforme Arnaldo Süssekind, *in* "Convenções da OIT e Outros Tratados".^[07] Tanto as convenções como as recomendações inspiraram e ainda orientam legisladores, governantes e operadores do direito a buscarem soluções para os problemas que envolvem a exploração do trabalho infanto-juvenil, sua prevenção e erradicação.” (RIBEIRO, 2009)

Por fim, para concluir este breve relato sobre a evolução do trabalho infantil, destaca-se a Lei nº 8.069/90, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e que trouxe importantes avanços para a proteção do trabalho realizado por crianças e jovens dentro e fora das indústrias, iluminado pelo princípio da proteção integral, expresso no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. E como observa Fonseca (2003):

“É nesse momento que vai ficar clara a noção de que o trabalho adolescente é percebido atualmente pelos juristas como etapa da formação pessoal do indivíduo, inclusive – e não apenas – adequando-o técnica e/profissionalmente para atuar no mercado de trabalho. Em particular estamos-nos referindo à noção de trabalho educativo, entendido como a ‘atividade laboral’ em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.” (FONSECA, 2003 p.27)

De acordo com esse breve levantamento histórico, podemos verificar que é recente a preocupação do Estado com a proteção do trabalho infanto-juvenil e com as Políticas Públicas voltadas para esse setor. De acordo com Arroyo (1989), ao longo do tempo às classes trabalhadoras foi negado o direito a instrução e formação educacional e quando esse espaço foi adquirido, ficou limitado ao espaço institucional da escola:

“(…)A construção do educativo nas sociedades ocidentais passa por um movimento de separação da instrução e da educação ou de redução do educativo a um espaço institucionalizado. Em outros termos, o processo de configuração moderna do campo educativo é inseparável do movimento social que reduz a educação à escolarização e, conseqüentemente, separa a criança do adulto, a criança distanciada da educação que se nas relações sociais normais; separa escola e trabalho, educação e produção, teoria e prática.” (ARROYO, 1989 p.81)

Podemos observar que as considerações desse teórico marca data próxima à instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente que autoriza o trabalho jovem, porém com proteção especial. Desse modo, podemos perceber que o

trabalho é reconhecido como necessário enquanto importante relação social e que, para o jovem ele deve ser administrado de forma educativa. O trabalho passa a ser concebido “enquanto educação por excelência” (ARROYO, 1989 p.87)

Frigotto (1989) é outro autor que compartilha das idéias de Arroyo (1989) ao defender o trabalho educativo enquanto meio de proteção integral aos indivíduos, verificou a necessidade mais abrangente de fazer, não somente educação para o trabalho e sim, educação para o trabalhador: “Fomos cada vez mais insistindo que no trabalho, nas relações sociais, na formação do trabalhador, na sua habilitação, na sua formação de consciência ou hábitos, etc.. e na própria dinâmica do trabalho como condicionante educativo.” (FRIGOTTO, 1987, p.18)

Para o jovem, alguns autores como Barros (2002) é preciso reconhecer o trabalho como alternativa para prevenir a criminalidade, uma vez que o adolescente ocupado em tarefas laborais saem das ruas e passam a adquirir status e sentimento de pertencimento, mas é ainda importante refletir sobre o tipo de trabalho, suas condições, etc. Nesse viés sim, poderemos dizer que: “Estar trabalhando, por si só, criará condições para uma vida que faça sentido e assim a alternativa do crime como ‘meio de vida’ ficará esvaziada”. (BARROS, 2002, p.322)

Fonseca (2003) em sua pesquisa realizada com adolescentes aprendizes da Cruz Vermelha, pressupõe que:

“(…) A inserção no mundo do trabalho em uma instituição permitirá ao adolescente experimentar uma proposta de socialização definida por uma série de valores e representações compartilhados pela instituição, pela sociedade e pelos trabalhadores; ao mesmo tempo, atravessada por ideologias e ‘pré-conceitos’ trazidos pelo adolescente de seus processos de socialização anteriores (família e escola,principalmente).” (FONSECA, 2003, p.46)

Essa concepção, porém, traz uma dicotomia apresentada pelo mesmo autor que a refuta mais tarde, na medida em que aponta que os jovens que participam de Programas de aprendizagem o fazem por necessidade financeira o que caracteriza como trabalho precoce:

“Todos esses grupos de jovens têm especificidades mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo adultização precoce. A inserção no mercado forma ou ‘informal’ de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, diversa da dos jovens de ‘classe média’ ou filhos de donos de meios de produção, que estendem sua infância e juventude.” (FRIGOTTO, 2004, p.182)

Oliveira et al (2003) em seu artigo sobre adolescência e trabalho trouxe uma importante reflexão sobre a representação sociais do estudo e do trabalho infantil. Esses autores trouxeram à tona a questão da contradição entre escola e trabalho quando, este ultimo é também apontado como precoce e não indicado como alternativa para a construção da identidade. Observa a inconsistência de pesquisas que tratam a problemáticas, os estudiosos partem a campo na tentativa de compreender a representação que os atores envolvidos têm sobre o tema:

“O conhecimento das representações sobre esse processo e o acesso às praticas resultará num mapeamento da realidade simbólica vivenciada por um dos principais agentes desse processo – a criança e o adolescente- e também aos determinantes das praticas de aceitação ou rejeição do trabalho efetivadas pelos sujeitos estudados.” (OLIVEIRA et al, 2003 p.4)

Partindo para campo, a pesquisa realizada por Oliveira et al(2003) com 778 adolescentes trabalhadores apontaram que os jovens vêm o trabalho e o estudo como condição para superar as condições precárias em que vivem e como viabilizador de um futuro melhor. No entanto, por outro lado, observa-se que o cansaço acaba por trabalhar na concentração prejudicando seu desempenho escolar:

“A análise das relações estabelecidas entre ‘o estudo’ e o ‘trabalho’ aponta para os determinantes das exclusões do sistema escolar, revelando-se como objeto que apresentam semelhanças e nas representações dos jovens e especificidades aponta para exclusão.” (OLIVEIRA et al, 2000,3 p.14)

Como veremos a seguir, nossa pesquisa, ainda que com uma amostragem menor, aponta para o mesmo resultado qualitativo: os jovens buscam na inserção no mercado de trabalho formal como alternativa à sobrevivência.

Por outro lado, reafirmamos a dicotomia entre essas considerações a respeito dos Programas de Aprendizagem, por observar também nesse mesmo estudo, características e mostram os benefícios do trabalho educativo sentido pelo jovem.

5- Análise dos Dados

Na tentativa de compreender o ponto de vista dos adolescentes estudados, procuramos identificar nas respostas apresentadas quais as representações esses atores têm com relação à experiência de participação no programa de aprendizagem.

O primeiro aspecto prático da análise foi a divisão das respostas em categorias com aspecto norteador para a apresentação dos dados. Procuramos também, apresentar tais dados para permitir uma maior visualização global dos resultados. Em seguida à categorização e reorganização das opiniões expressas, procuramos refletir as informações a partir dos comentários apresentados para então, analisá-lo de forma mais abrangente com o objetivo de permitir a compreensão do ponto de vista dos jovens. Julgamos oportuno, também, a transcrição dos trechos respondidos a fim de aproximar o leitor ao universo entrevistado e com o nosso modo de interpretar-lhe.

QUESTÃO 1	O QUE É TRABALHO?
1- Relação de Troca	Prestação de serviço em troca de salário Contribuir para seu próprio crescimento e o da empresa Meio de ajuda mútua
2- Sobrevivência financeira	Meio de adquirir independência Meio de ter uma vida melhor
3- Lugar de exercer capacidades	Exercer capacidades motoras e psíquicas
4- Perspectiva de futuro	Adquirir conhecimentos e habilidades Conhecer uma profissão Conhecer o funcionamento de uma empresa
5- Interação social e realização pessoal	Participação na sociedade Ter um lugar de respeito na sociedade Realização pessoal – amadurecimento e gratificação Meio de ser "alguém" Inauguração de uma nova etapa da vida
QUESTÃO 2	QUAL A UTILIDADE O TRABALHO TEM NA SUA VIDA?
1- Independência financeira	Independência de outras pessoas Acesso a bens materiais Ajudar nas despesas de casa Financiar o lazer
2- Perspectiva de futuro	Degráu para outra profissão Acesso ao desenvolvimento profissional Adquirir conhecimentos e habilidades
3- Amadurecimento	Responsabilidade Contato com a realidade e com o mundo
4- Aumentar a auto-estima	Usar capacidades e ser reconhecido
5- Interação social	Conhecer novas pessoas Desenvolver a comunicação nos relacionamentos
QUESTÃO 3	MUDANÇAS APOS INSERÇÃO NO PROGRAMA
1- Condição financeira	Auxiliar nas despesas de casa Aumento de padrão de vida (acesso a

	bens) Acesso a lazer Consciência financeira
2- Amadurecimento	Senso de compromisso, responsabilidade, disciplina Mudou a forma de pensar e ver o mundo
3- Reconhecimento social	Passou a ser valorizado pela família e comunidade Passou a ser visto com mais seriedade Passou a interagir melhor com outras pessoas

Quadro 2- Fonte: Dados da Pesquisa

5.1- A Concepção de Trabalho

Observamos que o trabalho se restringe a uma tarefa ou atividade (seja ela qual for) para se atingir um fim específico. Nesse sentido, o trabalho parece ser visto como uma relação de troca.

“É um determinado local, onde você exerce várias funções e é recompensado.” N.B 19 anos

“Trabalho é um meio por onde as pessoas tem necessidade de exercer para garantir o seu sustento. Ou seja, é uma prestação de serviço a uma empresa onde recebe por isso.” T.C 19 anos

“São atividades que realizamos no dia-a-dia com a finalidade de receber algo em troca (dinheiro).” C.G 19anos

“Trabalho para mim, significa ‘dinheiro’ e também responsabilidade, pois é deca que eu tiro o dinheiro para pagar minhas dividas” A.M 19 anos

Tais depoimentos revelam que os participantes inscrevem-se no Programa movidos por uma necessidade material caracterizando o trabalho precoce visto que outros jovens de classe média entram no mercado de trabalho mais tarde. Conforme havia apontado teóricos como Frigotto (2004) os jovens que se inserem no mercado de trabalho, formal ou informal, possuem “rosto definido” na medida que:

“Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria (...) Compõe esse universo aproximadamente 6 milhões de criança e jovens que têm inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Inserção que não é uma escolha, mas ima imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil.” (FRIGOTTO, 2004 p.181)

O Trabalho também é sentido como um lugar onde é possível exercitar suas potencialidades físicas e psicológicas:

“Trabalho é um lugar onde se adquire um salário, experiência, conhecimento e habilidade, onde você mostra os seus conhecimentos, onde você aprende também.” T.N 19 anos

“Fazer parte de uma organização empresarial participando de um grupo demonstrando sua capacidade, agindo com rapidez, precisão e responsabilidade.” C.G 18 anos

Assim podemos confirmar a situação desses jovens que é marcada pela vulnerabilidade, uma vez que além da ausência de recursos materiais ocorre ausência de recursos simbólicos e se caracteriza por seu sentimento de pertencimento e participação social, cultural, etc. Guareshi et al (2007) retoma o conceito de vulnerabilidade social trazido por Abramovay (2002) ao especificar as características dessa população:

“Para Abramovay (2002), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Assim, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social.” (GUARESHI et al 2007 p.18)

Os jovens, objeto de nossa pesquisa, demonstram que querem “existir” tendo reconhecimento e visibilidade social.

O próximo item mais freqüente nas respostas é de que o trabalho é um meio de aumentar a esperança e a perspectiva de futuro. Na medida em que o aprendiz irá adquirir, segundo ele, conhecimentos e habilidades que o ajudarão no futuro, além de conhecer uma profissão e saber como funciona uma empresa:

“Trabalho é um sistema que nos permite conhecer áreas e suma sessão de coisas que existe dentro de empresas. E nos ajuda a especializarmos nessas áreas.” M.A 18 anos

“Trabalho é uma atividade útil para a vida de todos. É nele que adquirimos experiência e buscamos um caminho profissional.” C.M 18 anos

Por fim o trabalho é visto como meio de interação social e, conseqüentemente, de realização pessoal, pois pelo trabalho os jovens dizem que se sentem fazendo parte da sociedade, se sentem respeitados e gratificados, sendo um marco que inaugura sua entrada na vida adulta:

“Trabalho é a forma de mi sentir alguém, cara e respeito, ser independente e poder ser orgulhada pela minha filha. Um meio de crescer como pessoa e ter meu lugar” N.A 19 anos

“Trabalho é a forma de ter uma independência na vida. Um meio de crescer como pessoa, poder batalhar por um lugar de respeito na sociedade. É o primeiro passo na busca na realização pessoal.” F.F 21 anos

“Para mim trabalho é uma atividade muito importante e necessária para o ser humano, pois é uma fonte de renda e também de interação com a sociedade e as dificuldades e facilidades da vida.” K.G 18 anos

“É um meio de vida em que posso crescer em meio a sociedade é de uma forma honesta e esforçada.” S.V 19 anos

Tais afirmativas vêm a reafirmar a outra via em que o trabalho é visto, pelo jovem, como socializador e essencial à existência humana. Confirmando as produções que retomam os estudos marxista como Barros(2006) que apontam inegável função psicologia do trabalho: “(...) reconhece seu sentido ativo, seu lugar central na experiência de auto-realização do homem e sua condição de elemento estruturante da sociabilidade.” (BARROS cita Antunes, 2006 p.323)

É interessante observar que, em nenhuma das respostas, o trabalho aparece como penoso, pois parecem estar contente por fazer parte da população economicamente ativa. Observa-se ainda, que a concepção de trabalho está atrelada ao conceito de emprego e venda de sua força de produção em troca de acesso aos bens materiais e o bem-estar por eles gerados.

5.1.1- Utilidade do Trabalho

A utilidade do trabalho em condição de aprendiz dos jovens aparece atrelada às respostas anteriormente analisadas. Confirma que a utilidade é o fim a que o trabalho se destina.

De acordo com a população amostra, o trabalho tem prioritariamente, o objetivo em atender as necessidades de sobrevivência e os desejos de consumo. Eles relatam o aumento do padrão de vida por poder auxiliar nas despesas de casa “desafogando os pais” e a promoção de independência financeira para financiar a aquisição de bens de consumo e o lazer, o que inclui a chamada “balada”:

“Você não fica só dependo dos outros.” G.H 18 anos

“Principalmente este ano, o trabalho caiu do céu, através dele estou ajudando minha mãe a resolver muitos problemas, que não conseguiria com o salário dela.” F.F 21 anos

“Ele (o trabalho) ta ajudando eu a ajudar o que meu marido com as dispezas de casa, e futuramente uai m ajudar a promover um futuro digno pra minha pequena família.” N.A 19 anos

“Tudo..enfim sem trabalho, sem dinheiro e hoje se você não tem dinheiro você não consegue fazer nada, nem se divertir...afinal tudo paga.” A.M 19 anos

“O trabalho que tem me auxilia a pagar meus estudos e me ensina a ser uma profissional melhor.” C.M 18 anos

O segunda resposta mais freqüente quanto à utilidade do trabalho nos faz perceber que os jovens vêem sua participação em um programa de primeiro emprego como um degrau para adquirir uma profissão melhor e mais sofisticada. Esperam adquirir o que nomeiam “conhecimentos e habilidades” para utilizá-los no futuro em outras atividades:

“Me ajuda a crescer profissionalmente, me ajuda a ter crescimento no trabalho e me ajuda a ter novas perspectivas.” N.H 19 anos

“Trabalho pra mim é útil pelo fato de conhecimento e experiência que estou ganhando a cada dia, e é importante também para que no futuro eu possa ser bem mais ágil e experiente.” M.A 18 anos

“Me ajuda a ter uma vida estável e colabora que um futuro melhor.” N.B 19 anos

Por ultimo e com menos proporção, o trabalho aparece como fonte de interação social, aumento da auto-estima e amadurecimento. Este ultimo parece ser entendido como adquirir a responsabilidade e o que chamam de nova visão de mundo:

“Me faz sentir bem conhecer novas pessoas adquirir mais experiência me transforma em uma pessoa mais responsável e profissional ocupa a minha mente, etc.” K.G 18 anos

“O trabalho é uma oportunidade de crescimento, expectativas e uma forma de acreditar em mim.” C.G 18 anos

“O trabalho fez uma diferença na minha vida e proposionou uma crescimento em mim, me fazendo ver a real do mundo e melhorou também minha perspectiva de vida.” T.C 18 anos

5.1.2- Mudanças provocadas a partir da participação no Programa

Novamente, as mudanças preponderantemente ocorrem, de acordo com os jovens, a partir o viés financeiro e acrescentam que, ao receber um salário aprendem a administrá-lo e dar valor aos bens adquiridos:

“Claro, muitas coisas...Tive uma certa independência, minha mãe não precisa comprar mais nada pra mim,nem mesmo um desodorante, pois tenho condições de pagar agora.” A.M 19 anos

“Conquistei meu computador e na minha família, pude ajudar financeiramente nas despesas de casa.” C.G 18 anos

“Sim. Mudou mudou muito, pois agora posso ajudar mãe nas contas, posso sair com amigas e isso pra mim é muito bom.” L. L 18 anos

“Agora sei sei como é ter seu próprio dinheiro, não gasto mais com coisas supérfluas e sei me manter. Estou adorando ter responsabilidade.” N.A 19 anos

“Sim. Tenho meu próprio dinheiro, fico feliz por não consumir coisas do meu pai e mãe agora tenho minhas próprias.” M.A 18 anos

Os aprendizes relatam ainda que o trabalho mudou seu modo de comportar-se. Aqui aparece, novamente, o item amadurecimento traduzido como senso de responsabilidade, comprometimento e disciplina:

“Mudou muito, passei a ser mais responsável, cumprir horários, ajudou minha família na questão financeira e passei a ter responsabilidade com as contas a pagar.” B.H 18 anos

Sobre esses dois itens acima, podemos perceber que o trabalho funciona, por um lado, como mecanismos de controle já que colocam o jovem dentro de um padrão de comportamento esperado socialmente. E por outro lado, o jovem percebe essa “educação para o trabalho” como positiva já que ele passa a ser valorizado pela família e comunidade.

O terceiro e importante item que aparece com frequência e quase que simultâneo ao segundo item, é o reconhecimento social. Os jovens dizem perceber que a família, amigos e comunidade passaram a valorizá-lo vendo-o com mais seriedade:

“Claro, mudou demais em casa passei a ser vista com outros olhos e na rua também, agora posso ajudar nas despesas de casa e ficou tudo melhor pra minha vida.” K.G 18 anos

“Sim. Mudou muita coisa, na minha vida eu cresci criei muita responsabilidade investindo em mim mesma, e minha família ficou contente e ate mesmo me deu mais valor.” F.B 18 anos

“Totalmente. Me olhararam com outros olhos. Pude ter responsabilidades a cumprir com minha família e isso fez bem pra mim mesmo.” J.A 22 anos

O que podemos concluir que o jovem adere de forma passiva (Barros, 2006) à lógica do mercado em troca de participação social dentro da sociedade que os exclui. Nesse sentido é importante reavermos o conceito de pacto social.

6- Considerações Finais

Esse trabalho não buscou responder, mas sim instigar uma reflexão sobre duas questões: o caráter educativo dos programas de aprendizagem em seu aspecto, ou não, de promover a autonomia e as mudanças necessárias ao processo inclusivo.

Tais questões vêm embasar a questão central sobre o sentido do trabalho para o jovem aprendiz, bem como sobre as repercussões dessa experiência no seu processo de desenvolvimento.

Durante a escuta da população estudada, essa primeira experiência apresenta-se como “passageira”, uma vez que o contrato de aprendiz tem data de término determinado. Dessa maneira, essa experiência é vista pelo participante como possibilidade para alternativas futuras e um degrau para alcançar profissões mais complexas. Para eles, trata-se de uma experiência onde o salário final cada mês é o principal fim, já que vem atender às necessidades iminentes. Com a bolsa de aprendizagem, ainda que em valor irrisório, ajuda-se a complementar a renda familiar e a financiar pequenos estudos e o lazer, entre outras atividades.

Neste aspecto, o sentido do trabalho aparece como “venda da força de produção” com caracteres de emprego formal marcado pelo registro na carteira funcional e a estabilidade, ainda que temporária. Não importa o trabalho prescrito e o trabalho real e sim, o acesso que permitirá aos bens de consumo.

Outro ponto observado se refere ao reconhecimento social (nos grupos familiares e comunitários) que o reiniciam à vida adulta. Os jovens de pais proletários que super valorizam o registro na Carteira de trabalho e o emprego “limpo” passam a delegar responsabilidades e atribuir respeito aos filhos trabalhadores.

A tarefa em si parece invisível. Ainda que nosso instrumento de pesquisa não permiti-se aprofundar desse item, o sentido do trabalho não aparece em seu aspecto mais profundo da essência humana.

Desse modo, retomamos a dicotomia apresentada pelos Programas de Aprendizagem. Por um lado, trata-se de uma experiência que traz benefício ao jovem na medida em que é através dela que emerge a oportunidade de sair do espaço restrito da comunidade e conhecer outros modos de funcionamentos grupais; a possibilidade de financiamento do conhecimento e o acesso a certa mobilidade social. Entretanto, por outro lado, uma educação para o trabalho que não viabiliza aos indivíduos pensarem sobre sua própria condição é, certamente, algo complexo e mesmo perigoso. Assim, essa experiência corre o risco de ser vivida como alienante, servindo para manutenção, muito sutil dos mecanismos de exclusão. São as chamadas novas estratégias de controle social ou inclusão perversa.

Tendo em vista a relevância do tema, esse estudo nos traz alguns apontamentos que podem alimentar pesquisas mais aprofundadas. Para tanto, elencamos as questões que julgamos mais fundamentais e que mereceriam reflexões mais consistentes, a saber: como intermediária da relação entre o adolescente e a empresa, quais as contribuições que as instituições assistências permitem? Quais as condições e organização permeiam o trabalho do aprendiz? O trabalho, proposto de cunho educativo promove o senso crítico-analítico, desenvolvendo autonomia e participação social a que se propõem? Que conceito de educação sustenta a articulação com o trabalho? Que conceito de trabalho apóia a recepção desses jovens e como, enfim, eles vivenciam o mundo do trabalho e suas contradições na contemporaneidade?

É no torvelinho dessas inquietantes questões que encerro esse estudo lamentando os limites temporais de sua realização, mas com uma “sede” enorme para que tais interpelações sejam respondidas, tendo em vista a urgência e relevância do tema que pude constatar e sentir intensamente na minha experiência profissional em contato com esses jovens.

Referencias Bibliográficas

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: Desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BARROS, V.A.; PINTO, J. B. M. **Trabalho e criminalidade**. In: Iris Barbosa Goulart. (Org.). Temas em Psicologia e Administração. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, v. 1, p. 321-341.

BRASIL. Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000- Lei de Aprendizagem altera o dispositivo da CLT aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, Publicado no diário da União em 19 de dez. 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego: Banco de dados. MTE. 2009 Disponível em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/deftohtm.exe?sisaprendizagem10.def>. Página visitada em 14 de agosto de 2009.

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. OIT. 2009 Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg_esp/emp_form_jov.php. Página visitada em 14 de agosto de 2009.

CAVALCANTE, Gláucia. **Empresas estão longe de utilizar potencial de contratação**.

Conexão Aprendiz. Disponível em <http://www.conexaoaprendiz.org.br/empresas.php>. Página visitada em 14 de agosto de 2009.

CLOT, Yves. **A Função Psicológica do trabalho**/Yves Clot; tradução de Adail Sobral. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DEJOURS C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

ERIKSON, E.H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FEFFERMAN, Marisa. **Vidas Arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FONSECA, J.C.F. **Adolescência e Trabalho**. São Paulo: Summus, 2003

FRIGOTTO G. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. In: _____ *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. Regina Novaes e Paulo Vannuchi (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador**. 4º. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUARESCHI, N. M. F. ; REIS, Carolina dos ; HÜNING, Simone Maria ; BERTUZZI, Leticia . **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre produção de sentidos com adolescentes do Programa SASE-Trabalho Educativo**. Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ), v. 7, p. 17-27, 2007.

JACOBINA, O. M. P. ; COSTA, L. F. **Para não ser bandido : adolescentes em conflito com a lei e trabalho**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), v. 10, p. 95-110, 2007.

LIMA, M. E. A. **A Polêmica em Torno da Centralidade do Trabalho na Sociedade Contemporânea**. Destarte (Vitória), Vitória ES, v. 2, n. 2, p. 161-194, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos: e outros textos escolhidos**. /trad. José Carlos Bruni. In: Os pensadores (coleção). São Paulo: Abril Cultura, 1974.

MINAYO M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA D. et al. **Adolescência e Trabalho: enfrentando o presente e esperando o futuro**. Temas em Psicologia da SBP – 2003, vol.11, no 1, 2-15.

OZELLA, S. **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas** In: _____ *Adolescência Uma perspectiva crítica*. Silvia Helena Koller (org). Rio de Janeiro. Conselho Regional de Psicologia, 2002.

RIBEIRO, Gaysita Schaan. **O trabalho infanto-juvenil proibido: prevenção e erradicação** . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2195, 5 jul. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13093>>. Acesso em: 03 ago. 2009.

SELTIZ C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. vol 2. L.Kidder (org.) São

Paulo: EPU, 1987

